



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº08/2024**

Período: 23/03/2024 - 29/03/2024

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- 60 anos do golpe militar I: Lula contraria PT e se mantém em silêncio sobre os 60 anos do golpe
- 2- 60 anos do golpe militar II: posicionamentos de Lula contribuem para estagnação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
- 3- 60 anos do golpe militar III: professores universitários criticam veto presidencial às manifestações ministeriais contra o golpe militar de 1964
- 4- 60 anos do golpe militar IV: os protagonistas do golpe de 1964
- 5- 60 anos do golpe militar V: os militares que disseram não ao golpe de 1964
- 6- 60 anos do golpe militar VI: o apoio do Supremo Tribunal Federal ao golpe de 1964
- 7- 60 anos do golpe militar VII: periódico rememorou sindicalista amazonense desaparecido durante a ditadura militar
- 8- 60 anos do golpe militar VIII: cidade mineira de Juiz de Fora repensa o legado do golpe de 1964
- 9- 60 anos do golpe militar IX: prefeito de Feira de Santana resistiu ao golpe de 1964
- 10- Tenente-coronel Mauro Cid é novamente preso após divulgação de áudios
- 11- Colunistas apontam que áudios de Mauro Cid podem compor estratégia bolsonarista
- 12- Mulher militar brasileira ganha destaque na promoção da paz em zonas de conflitos
- 13- Tribunal de Contas da União aponta descumprimento de acordos do Exército sobre controle de armas e munições
- 14- Reitora da UnB lembrou lutas pela democracia em aniversário da instituição
- 15- Editorial analisou depoimento de general sobre o caso Marielle
- 16- General Mauro César Lourena Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, prestou depoimento à Polícia Federal
- 17- A Garantia da Lei e da Ordem e o tráfico de drogas no Brasil
- 18- Comandante da Marinha cobra verbas para projetos de defesa em evento com Lula e Macron
- 19- General Braga Netto é investigado pelo envolvimento com "Kids Pretos" durante articulação do golpe
- 20- Orçamento no governo Lula para ações sobre ditadura é limitado quando comparado ao governo Dilma

### 1- 60 anos do golpe militar I: Lula contraria PT e se mantém em silêncio sobre os 60 anos do golpe

Segundo os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, a decisão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de vetar atos e manifestações críticos à ditadura militar contraria a vontade do Partido dos Trabalhadores (PT). Ambos os jornais reforçaram a fala da presidente do partido, Gleisi Hoffmann, que afirmou que a atitude do presidente Lula auxiliou no esvaziamento das manifestações planejadas para o dia 23 de março de 2024. A nota oficial do partido, divulgada no dia 27 de março, afirma que serão apoiados atos e manifestações no dia 31 de março e 1º de abril, apesar das ordens do presidente Lula. Além disso, o *Correio Braziliense* acrescentou que o líder do PT na Câmara dos Deputados, Odair Cunha, também ressaltou a necessidade de reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que foi extinta no governo de Jair Bolsonaro. O presidente Lula afirmou que suas decisões foram tomadas com base na vontade de não "remoer passado", ressaltando que está mais preocupado com os atos de 8 de janeiro de 2023 do que com o aniversário do golpe. (*Correio Braziliense* - Política - 29/03/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 29/03/24)

### 2- 60 anos do golpe militar II: posicionamentos de Lula contribuem para estagnação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

Em reportagem, o periódico *O Estado de S. Paulo* discorreu sobre a inércia do processo de recriação e reativação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Criada em 1995 com o objetivo de reconhecer pessoas mortas ou desaparecidas no período da ditadura militar brasileira (1964-1985), oferecendo indenização aos familiares, a Comissão foi extinta no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), mas teve promessa de reativação pelo atual ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida. Apontada como uma das principais metas de sua gestão, a recriação do colegiado, no entanto, encontra dificuldades em avançar na Esplanada dos Ministérios, estando o projeto estagnado na Casa Civil. Esse entrave para recriação da CEMDP insere-se em um momento no qual as falas do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se apresentam contrárias às reivindicações e mobilizações pela memória dos 60 anos do golpe militar de 1964. Tal posicionamento, como apontado pelo periódico, influenciou a desistência de eventos programados pelo Ministério dos Direitos Humanos. Recentemente, o Ministério Público Federal recomendou a reelaboração de uma comissão capaz de identificar mortos e desaparecidos da ditadura, todavia a paralisação do processo se mantém. Tal inatividade tem sido duramente criticada por familiares das vítimas e organizações da sociedade civil, que veem essa inação como uma falta de respeito e justiça. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 24/03/24)

### 3- 60 anos do golpe militar III: professores universitários criticam veto presidencial às manifestações ministeriais contra o golpe militar de 1964

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, a historiadora Heloisa Starling criticou o veto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às manifestações ministeriais contra o golpe militar de 1964. A historiadora analisou a forte polarização política, a queda do valor democrático tanto na esquerda quanto na

direita e a crise econômica nas diversas camadas da sociedade. Para ela, todos estes foram fatores que contribuíram para a ascensão dos militares em 1964. A historiadora também analisou o papel complexo de João Goulart, presidente destituído em 1964, e sua falha como articulador de coalizões contra o golpe militar. Starling também citou o forte medo do comunismo no Brasil que sobreviveu ao longo dos anos e serviu de base para a queda da democracia no país, bem como o forte apoio internacional dos EUA ao golpe. A historiadora avalia que ocorreu um golpe militar com apoio civil, mas não um golpe civil-militar, pois a eclosão foi militar, com forte sustentação civil. “Mas a eclosão é militar, o conjunto de ações que produziram o golpe de Estado certamente é militar. Com uma profunda sustentação civil.”. Por fim, Heloisa Starling avalia alguns dos motivos do porquê a tentativa de golpe no 8 de janeiro não deu certo: a falta de clima internacional, com os países desenvolvidos não apoiando uma ruptura com a democracia, a valorização da democracia pela sociedade e o papel do Supremo Tribunal Federal em defesa da democracia. Assim, a historiadora vê como um erro o veto do presidente Lula aos eventos em lembrança do golpe, pois para ela isso mantém a tutela dos militares sob a República, impedindo a revisão do artigo 142 da Constituição e não permitindo a total subordinação do poder militar ao poder civil. Em coluna opinativa para a *Folha*, Conrado Hübner Mendes, professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo (USP), contrastou o silêncio de Lula sobre o golpe com a decisão de Michelle Bachelet, presidente do Chile, de construir um memorial sobre a ditadura do país, apesar das acusações de que o ato dividiria a sociedade chilena. O professor comentou que a decisão de Lula de “pacificar” suas relações com os militares reflete a ausência no Brasil de um projeto de memória sobre o golpe, o que leva insegurança aos cidadãos vulneráveis que, em razão de preconceitos de raça e de classe, podem ser vítimas da violência militar. Também em coluna opinativa para a *Folha*, Maria Hermínia Tavares, professora titular aposentada de Ciência Política da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (Cebrap), interpretou que a decisão teria o objetivo de evitar a exposição da debilidade da aplicação no Brasil da chamada justiça de transição, conjunto de ações e instrumentos a partir das quais o país redemocratizado lida com o passado golpista, como o julgamento de envolvidos na ditadura militar, estabelecimento de comissões da verdade e criação de memoriais sobre o período. Tavares argumentou que a efetividade da justiça de transição deve ser garantida por ações concretas para o reconhecimento e a reparação dos danos ao país e aos cidadãos e concluiu dizendo que a proteção da democracia brasileira depende da punição dos civis e militares envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. O jornal ainda veiculou os comentários de Eneá Stutz, presidente da Comissão de Anistia, sobre a decisão de Lula. Stutz considerou que tanto Lula como o ex-presidente Bolsonaro optaram por ocultar os eventos ocorridos em 1964 e 2023 priorizando a pacificação com as Forças Armadas. Em 2024, Bolsonaro pediu anistia aos envolvidos no 8 de janeiro de 2023 em ato público e Lula declarou a um canal televisivo não querer “remoer o passado” quando perguntado sobre a Ditadura Militar. Stutz defendeu que as Forças Armadas peçam desculpas às vítimas do golpe e às suas famílias e afirmou que a Lei de Anistia, promulgada em 1979, não apaga os fatos do Regime Militar. (Folha de S. Paulo - Política - 25/03/24; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 28/03/24; Folha de S. Paulo - Opinião - 28/03/24; Folha de S. Paulo - Política - 28/03/24)

#### 4- 60 anos do golpe militar IV: os protagonistas do golpe de 1964

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* apresentou alguns dos protagonistas do golpe de 1964, nomeando apoiadores. Entre os golpistas estão diversos generais, como Humberto Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, bem como Olympio Mourão Filho, responsável por iniciar a insurreição militar. Também existiam golpistas civis como Auro de Moura Andrade, presidente da Congresso Nacional e opositor de João Goulart (Jango); Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados que aceitou o Ato Institucional n.2; Ribeiro Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal que agiu de forma ambígua; Magalhães Pinto, um dos fundadores da União Democrática Nacional, que agiu ativamente pelo golpe, e Lincoln Gordon embaixador dos EUA no Brasil que demonstrou o apoio dos EUA ao golpe. Na esfera daqueles que se posicionaram contrários ao golpe, o jornal citou: João Goulart, presidente da República e Leonel Brizola, deputado federal pelo Rio Grande do Sul. A *Folha* também rememorou o contexto do golpe de 1964, como a tensão entre militares e governantes civis, as decisões individuais das Forças Armadas e de Jango e os fatores econômicos como a inflação e greves. Destacou ainda a polarização da Guerra Fria e a instabilidade política causada após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. O jornal lembrou a dificuldade de estabelecimento de João Goulart no governo, cujas políticas públicas voltadas à classe trabalhadora indicavam "um aceno ao socialismo", em meio à conjuntura da polarização mundial. Naquele contexto, a Casa Branca estimulou grupos e políticos conservadores em um meio político de "crise permanente". (Folha de S. Paulo - Política - 25/03/24; Folha de S. Paulo - Política - 29/03/24)

#### 5- 60 anos do golpe militar V: os militares que disseram não ao golpe de 1964

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o golpe de 1964, protagonizado por militares, com apoio da população, não contou com a participação de todos os membros das Forças Armadas. De acordo com relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), 6.591 militares foram torturados e perseguidos por não apoiarem a ditadura, sendo que muitos deles alegaram apoiar a Constituição de 1946. Um movimento que revelou esse caráter de insubordinação foi a Revolta dos Marinheiros, que iniciou quando dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais comemoraram o aniversário da instituição e cobraram melhorias na estrutura militar. O almirante Silvio Borges Mota, ministro da Marinha, mandou prender os líderes dessa associação, mas seus subordinados também desobedeceram às ordens e fizeram parte da revolta. O presidente à época, João Goulart, anistiou os marinheiros e Mota abandonou seu cargo, criando-se um atrito entre o governo e os militares. Após a efetivação do golpe militar e a instauração da ditadura, os militares que eram contrários ao regime foram expulsos e perseguidos, até mesmo aqueles de alta patente, como o brigadeiro Rui Moreira Lima, que foi preso e torturado. (Folha de S. Paulo - Política - 27/02/24)

#### 6- 60 anos do golpe militar VI: o apoio do Supremo Tribunal Federal ao golpe de 1964

O jornal *Folha de S. Paulo* lembrou a noite de 2 de abril de 1964, quando o então presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República, afastando João Goulart do posto. O periódico destacou a participação de Álvaro Ribeiro da Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal, que, segundo a reportagem, visava aumentar a legitimidade do golpe. O periódico lembrou que essa postura de conivência não durou até o final do regime, visto que, ainda em 1965, o STF já tinha conflitos com a ala militar do governo no que tangia à intervenção do Executivo no Judiciário. O jornal afirmou que foi com o decreto do Ato Institucional nº5, que aposentou compulsoriamente três ministros do STF em 1969, que houve completa ruptura do pressuposto de independência dos Poderes. (Folha de S. Paulo - Política - 29/03/24)

#### 7- 60 anos do golpe militar VII: periódico rememorou sindicalista amazonense desaparecido durante a ditadura militar

Numa série em memória aos 60 anos do golpe militar que instaurou a ditadura civil-militar brasileira, o periódico *Folha de S. Paulo* rememorou a morte do sindicalista do Amazonas, Antogildo Pascoal Viana, um dos 434 mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar, conforme relação elaborada pela Comissão Nacional da Verdade. De acordo com a *Folha*, no ano do golpe militar, houve casos diversos de suicídios, em que há contestação quanto à veracidade das versões oficiais, como é o caso de Antogildo, cuja morte faz parte dos suicídios simulados e nunca esclarecidos, sendo a versão oficial a de que ele teria se jogado do quinto andar do prédio do atual Hospital Federal de Bonsucesso, no Rio de Janeiro. O caso se assemelha ao do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto em 1975 em unidade do DOI-Codi do Exército. Ainda de acordo com a *Folha*, a Presidência da República, em 2006, reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Antogildo e autorizou uma indenização de R\$100 mil à filha dele, Maria de Fátima Viana Rodrigues; porém na efeméride de 60 anos do golpe, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou qualquer comemoração, crítica ou pedido de desculpas. (Folha de S. Paulo - Política - 26/03/24)

#### 8- 60 anos do golpe militar VIII: cidade mineira de Juiz de Fora repensa o legado do golpe de 1964

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* discorreu sobre a cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, e como a mesma configurou-se como ponto inicial das tropas que deflagraram o golpe militar de 1964 no Brasil, marcando o início de uma ditadura que duraria 21 anos. Tendo como figura central o general Olympio Mourão Filho, responsável pelas tropas que depuseram João Goulart, a reportagem resgatou como o referido militar celebrava a cidade como a “capital da revolução”. Apesar da manutenção de alguns elementos que remetem à participação da cidade no golpe, como uma placa na antiga sede da 4ª Região Militar, em grande parte, os sinais dessa época são mantidos de forma discreta ou oculta, sendo que a participação de Mourão e o golpe não são venerados. Sessenta anos depois, a prefeitura de Juiz de Fora planeja realizar o evento “Marcha Reversa”, uma iniciativa para repensar e reavaliar o legado do golpe,

com movimentos sociais marchando do Rio de Janeiro a Juiz de Fora, simbolizando um caminho oposto ao das tropas golpistas. Ao longo dos anos, nota-se uma atuação contínua da cidade para revistar a narrativa do golpe, destacando as consequências negativas da ditadura. (Folha de S. Paulo - Política - 24/03/24)

#### 9- 60 anos do golpe militar IX: prefeito de Feira de Santana resistiu ao golpe de 1964

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* lembrou da atitude do então prefeito de Feira de Santana, cidade do estado da Bahia, Chico Pinto, contra a ditadura. Em 1964, quando anunciado o golpe, ele e seus apoiadores se movimentaram em direção a uma resistência. Sua associação ao Partido Comunista Brasileiro permitiu que militantes desembarcassem em Feira de Santana para tomar o quartel da Polícia Militar. Entretanto, a falta de armas e de resistência de outros núcleos no Brasil fizeram com que o plano de resistência fosse desmobilizado. Como consequência da intentona, Chico Pinto e seus aliados foram presos e torturados. O prefeito teve seu mandato cassado pela Câmara dos Deputados e, após responder a oito processos e ser absolvido em todos, voltou à política pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como membro do grupo dos autênticos, conhecidos como os mais anti-ditadura. Chico Pinto teve seu mandato cassado novamente após discurso contra a presença de Pinochet, ditador chileno, no Brasil. Chico encerrou sua vida pública em 1991 e morreu em 2008. (Folha de S. Paulo - Política - 25/03/24)

#### 10- Tenente-coronel Mauro Cid é novamente preso após divulgação de áudios

Segundo informações veiculadas pelos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o tenente-coronel Mauro Cid foi detido pela Polícia Federal (PF) em decorrência da divulgação de áudios vazados pela revista *Veja*, nos quais Cid afirmou ter sido alvo de pressão por parte da PF, além de desqualificar como "narrativa pronta" a Operação *Tempus Veritatis*, que investiga uma alegada tentativa de golpe de Estado. As revelações feitas por Cid nos referidos áudios culminaram em sua convocação para prestar depoimento no Supremo Tribunal Federal (STF). No decorrer da audiência, cujos termos foram posteriormente divulgados pela corte, o militar afirmou que sua delação foi concedida de maneira "espontânea e voluntária", destacando que não sofreu influência por parte do Judiciário ou da Polícia. Em resposta a questionamentos sobre possíveis pressões exercidas por agentes policiais para fornecer informações inverídicas, Cid negou categoricamente qualquer coerção, declarando que nunca foi instigado a fornecer informações falsas. Após o depoimento, conforme relatou o *Correio Braziliense*, Cid foi submetido à prisão e, posteriormente, desmaiou, necessitando de avaliação por parte da equipe médica do STF. De acordo com informações do *Estado de S. Paulo*, o advogado Cezar Bittencourt, responsável pela defesa de Cid, admitiu a autenticidade das gravações atribuídas ao militar, porém alegou que suas declarações representavam apenas um "mero desabafo". Segundo análise dos investigadores e do ministro Alexandre de Moraes, os áudios divulgados caracterizam obstrução de Justiça, uma vez que foram produzidos com o intuito de difamar a corporação policial e o STF. Ademais, Cid abordou em suas

gravações temas que deveriam ser mantidos em sigilo, em virtude do acordo de delação. Para membros do STF e da PF, há uma alta probabilidade de suspensão do acordo de colaboração premiada. Entretanto, em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, o professor de Direito Penal da Universidade de São Paulo (USP), Sérgio Salomão Shecaira, apontou que mesmo em caso de rescisão do referido acordo, as provas independentes reunidas pela PF, assim como os pontos já corroborados pelos investigadores, continuarão a fundamentar os inquéritos que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. De acordo com Helena Lobo, professora de direito penal da USP, a prisão é justificada pelo descumprimento da medida cautelar, mas não está enquadrada em uma tentativa de obstrução de Justiça. A *Folha de S. Paulo* avaliou que os áudios vazados do tenente-coronel Mauro Cid podem indicar uma estratégia do grupo bolsonarista para desqualificar as investigações. (Correio Braziliense - Política - 23/03/24; Folha de S. Paulo - Política - 23/03/24; Folha de S. Paulo - Política - 27/03/23; O Estado de S. Paulo - Política - 23/03/24)

#### 11- Colunistas apontam que áudios de Mauro Cid podem compor estratégia bolsonarista

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde discorreu sobre como os áudios vazados do tenente-coronel Mauro Cid podem ser compreendidos como uma tentativa de desacreditar as investigações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, ou seja, uma releitura da Vaza Jato, episódio que impactou a operação Lava Jato. Segundo a colunista, o interesse seria o mesmo em ambas situações: enfatizar que os processos estão influenciados pelos interesses políticos. Todavia, a jornalista demarcou que há diferenças significativas entre os juízes responsáveis pelos casos e avaliou que as investigações sugerem que o efeito dos áudios de Cid pode não ser o mesmo. Como apontado por Cantanhêde, a situação de Cid é de vulnerabilidade, pois ele corre o risco de perder benefícios legais e enfrentar sérias consequências judiciais. Para a colunista, a hipótese de uma armadilha não deve ser desconsiderada e as conversas de Cid podem ser entendidas como parte de uma estratégia de contra-ataque de Bolsonaro, que buscaria utilizar depoimentos contraditórios de figuras militares para desacreditar as autoridades do Judiciário e inverter as narrativas. Todavia, como salientado pela colunista, as diferenças ditam a situação, a solidez de provas do ministro Alexandre Moraes e da PF enfraquecem essa tentativa. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, a jornalista Mônica Bergamo também avaliou que a divulgação dos áudios de Cid poderia ser parte de uma tentativa bolsonarista de desqualificar as investigações iniciadas pela PF. Segundo a jornalista, há paralelos com a operação Lava Jato, que envolveu acusações contra o então juiz Sergio Moro por supostamente pressionar delatores - semelhante ao que Cid descreveu nos áudios. Por outro lado, críticos de Alexandre de Moraes apontam para práticas questionáveis similares às atribuídas à Lava Jato, como prisões preventivas longas e inquéritos sem prazo determinado. (Folha de S. Paulo - Política - 24/03/24; O Estado de S. Paulo - Política - 24/03/24)

### 12- Mulher militar brasileira ganha destaque na promoção da paz em zonas de conflitos

Em reportagem, o jornal *Correio Braziliense* discorreu sobre a relevância de mulheres em territórios de conflito como no Saara Ocidental, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e na República Centro Africana, descrevendo como uma onda de violências e ataques organizados por grupos radicais atingiram abrigos de refugiados da Organização das Nações Unidas (ONU) instalados no Sudão do Sul. As consequências dos ataques resultaram em 70 crianças e 30 mulheres sequestradas. O jornal destacou o papel militares femininas no resgate, entre elas a brasileira Renata Netto, tenente-coronel e atual observadora militar no Sudão do Sul. Sua atuação neste caso rendeu uma indicação ao prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero das Nações Unidas 2023, sendo a primeira vez na história que uma profissional do Exército brasileiro concorre. Dentista de formação, Renata ingressou na carreira militar oferecendo serviços às comunidades no Amazonas, mas, desde 2017, se dedicava à atuação em missões de paz. Ainda em nota, a reportagem salientou a relevância de mulheres em zonas de conflito para promoção da paz. (Correio Braziliense - Carreiras - 24/03/24)

### 13- Tribunal de Contas da União aponta descumprimento de acordos do Exército sobre controle de armas e munições

Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que o Exército não tem cumprido acordos com a União sobre controle de armas e munições. Um parecer da Diretoria de Fiscalização da Defesa Nacional apontou que a conduta dos militares é contraditória com o ordenamento interno e coloca em risco as políticas públicas de controle de armamento. Como meio de responsabilizar os ex-chefes da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército, em casos de irregularidade confirmada, o TCU está requerendo uma lista com nome completo e dados pessoais dos responsáveis pela fiscalização dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores de Armas (CACs). O jornal destacou que desde 2017, o TCU tem insistido para que as Forças Armadas adotem medidas que aprimorem o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC), todavia a reportagem denuncia que pouco esforço foi colocado para o aprimoramento do sistema. Em auditoria passada, previamente relatada pelo Estadão, revelou-se um descontrole na gestão de armas entre 2019 e 2022, incluindo a concessão de registros para indivíduos condenados por crimes como tráfico de drogas e a venda de munição para pessoas falecidas. Conforme o parecer do TCU, o controle da venda de munições pelo Exército nunca foi completamente desenvolvido; essa falha, no entanto, impacta diretamente na eficácia de políticas públicas para o controle de armas e munições. Conforme apontado pelo *Estado*, o atual sistema de controle de venda e estoque de munições, gerido por uma empresa do terceiro setor, também não consegue passar credibilidade uma vez que apresenta problemas de “qualidade e confiabilidade”. Em resposta, o Exército salientou que não se manifesta sobre “apurações de outros órgãos”, mas que não apresentará resistência frente às imposições da Corte, conservando sua atenção na “legalidade e na transparência”. (O Estado de S. Paulo - Política - 24/03/24)



#### 14- Reitora da UnB relembrou lutas pela democracia em aniversário da instituição

Em coluna opinativa no *Correio Braziliense*, Márcia Abrahão, reitora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), relembrou lutas pela democracia em vista do aniversário de 62 anos da Universidade de Brasília. A reitora citou a primeira invasão militar à Universidade, em 9 de abril de 1964, na qual diversos professores foram presos e a universidade quase foi fechada. Para Márcia, tal evento é a prova do ataque que as instituições democráticas sofreram durante a ditadura militar (1964-1985). Ela também relembrou de seu colega estudante de geologia, Honestino Guimarães, que desapareceu durante a ditadura. A reitora também fez paralelo com o período do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), no qual os ataques e cortes relembram o período ditatorial e reiterou o papel das universidades como canais de participação popular, instituições democráticas e responsáveis como memorando das injustiças ocorridas durante o período militar. (*Correio Braziliense - Opinião - 25/03/24*)

#### 15- Editorial analisou depoimento de general sobre o caso Marielle

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* analisou algumas questões envolvendo o caso da execução da vereadora carioca Marielle Franco, ocorrido em 14/03/2018. Segundo o periódico, o general Richard Fernandez Nunes depôs à Polícia Federal (PF) em 02/10/2023 sobre a escolha do delegado Rivaldo Barbosa, um dos mandantes do assassinato, para comandar a Polícia Civil. Segundo o general, à época secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ele recebeu uma lista com a sugestão de cinco nomes, oriunda da inteligência do Comando Militar do Leste, para definir o chefe da Polícia Civil. Segundo depoimento do general Nunes, ele tinha como principal escolha o delegado Delmir Gouveia, tendo em vista que este trabalhara com o depoente na ocasião da Força de Pacificação na Comunidade da Maré, apesar de seu nome não constar na lista. Como Gouveia não aceitou o convite, escolheu, assim, o nome de Rivaldo Barbosa. Segundo o *Estadão*, a Subsecretaria de Inteligência, órgão da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, contraindicou o nome de Rivaldo, porém Richard alegou que já havia tido contato com Rivaldo à época da Força de Pacificação, acompanhando também seu trabalho enquanto chefe da Delegacia de Homicídios. O general Richard Nunes também afirmou em depoimento que, em 14/03/2018, dia do assassinato, Rivaldo disse a ele que designaria o delegado Ginton Lages, outro investigado, para o caso Marielle. A partir de então, o general passou a manter reuniões com os delegados para atualizações sobre os desdobramentos das investigações. A PF foi levada a concluir que tal plano, a fim de garantir a impunidade dos dois mandantes, “teve o condão de ludibriar, inclusive, um general quatro estrelas do Exército”. O *Estadão* ainda expôs que, numa entrevista concedida ao periódico, o general Richard Nunes disse que a morte de Marielle estava relacionada à grilagem de terras na zona oeste do Rio, uma informação inédita que ligaria o crime aos irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, mas que não constou no relatório de Lages sobre o caso. Nele, a morte de Marielle foi considerada “delito de ódio”, e

não um assassinato ligado a interesses imobiliários de milicianos. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/03/24)

16- General Mauro César Lourena Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, prestou depoimento à Polícia Federal

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, em 26/03/2024, o pai do tenente-coronel Mauro Cid, general da reserva Mauro César Lourena Cid, prestou um longo depoimento à Polícia Federal, que confirmou algumas suposições apontadas na investigação da venda das joias que foram dadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro pelo governo da Arábia Saudita, e foram vendidas nos EUA. O general ocupou o cargo de gerente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) em Miami durante o mandato de Bolsonaro, de quem é amigo pessoal. Segundo o jornal, ao que tudo indica, Mauro César foi o responsável pela negociação de venda das joias e outros artigos de luxo que deveriam estar sob domínio brasileiro. (*Correio Braziliense* - Política - 27/03/24)

17- A Garantia da Lei e da Ordem e o tráfico de drogas no Brasil

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, em novembro de 2023, o governo federal convocou as Forças Armadas, por meio do dispositivo constitucional Garantia da Lei e da Ordem (GLO), para atuarem em portos e aeroportos dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, de maneira a tentar coibir diretamente o crime organizado e o tráfico de drogas no país. As operações que estavam previstas para se encerrarem em maio provavelmente serão prorrogadas e talvez até estendidas para outras regiões. Segundo o jornal, os militares, que estão em situação complicada devido às investigações de diversos oficiais e a inerente discussão sobre a ineficiência no tratamento do controle de armas na sociedade, apresentam vontade em continuar com as operações, considerando o caráter otimista dessa atuação que envolve o combate direto ao tráfico internacional de drogas e diz respeito à segurança pública. De acordo com o *Correio*, as operações já apreenderam cerca de R\$ 73,1 milhões em ativos, como veículos, dinheiro, embarcações e equipamentos e 99 mil toneladas de drogas foram confiscadas. As atuações também estão acontecendo nas fronteiras, especialmente na região dos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os ministros Rui Costa, José Múcio e Ricardo Lewandowski, respectivamente da Casa Civil, da Defesa e da Justiça e Segurança Pública, responsáveis pela GLO, ainda não confirmaram a continuidade do projeto, o que também depende da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (*Correio Braziliense* - Política - 27/03/24)

18- Comandante da Marinha cobra verbas para projetos de defesa em evento com Lula e Macron

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, alegou que a baixa priorização de assuntos de defesa no Brasil acarreta em prejuízos para a execução de programas de submarinos da Marinha, o que pode impactar a geração de emprego e os esforços de pesquisa e desenvolvimento. Olsen já havia feito

queixas públicas sobre a obsolescência naval do Brasil, em apoio à Proposta de Emenda Parlamentar das Forças Armadas, que visa reservar 2% do Produto Interno Bruto brasileiro ao setor. A última declaração do comandante foi feita em evento de lançamento ao mar do submarino Tonelero, terceiro submarino construído no âmbito do Programa de Submarino (Prosub), baseado na transferência de tecnologia francesa para a indústria de defesa brasileira. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, respondeu ao pedido afirmando que a preocupação com a defesa é essencial para a manutenção da paz. O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que a França se recusou a cooperar com o Brasil na construção do submarino com propulsão nuclear (conhecido pela sigla SCPN) Álvaro Alberto, em razão das restrições globais sobre essa tecnologia. Lula garantiu ao presidente francês, Emmanuel Macron, que o projeto nuclear brasileiro tem como objetivo a paz. (Folha de S. Paulo - Política - 28/03/24; O Estado de S. Paulo - Internacional - 28/03/24)

#### 19- General Braga Netto é investigado pelo envolvimento com "Kids Pretos" durante articulação do golpe

O periódico *O Estado de S. Paulo* reportou que a Polícia Federal está investigando o envolvimento do ex-ministro da Casa Civil, general Walter Braga Netto, com os "Kids Pretos", militares das Forças Especiais do Exército, na tentativa de articulação do golpe. Estes, afirma a reportagem, participam do Comando de Operações Especiais (Copesp) e recebem o nome por utilizarem gorros pretos nas operações. O jornal afirmou que a Polícia Federal está verificando uma reunião ocorrida em Brasília com o objetivo de redigir uma carta visando convencer o então comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, a participar do golpe. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/03/24)

#### 20- Orçamento no governo Lula para ações sobre ditadura é limitado quando comparado ao governo Dilma

O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou que o montante destinado às ações sobre a ditadura militar diminuiu 96% desde o governo da ex-presidente Dilma Rousseff em 2014, que chegava a R\$ 36 milhões. Em 2024, no aniversário de 60 anos do golpe, o orçamento é de apenas R\$ 1,5 milhão, em um contexto em que o atual presidente vetou atos em memória do golpe para não causar atritos com as Forças Armadas. Segundo o periódico, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania afirmou que o orçamento está vinculado às ações da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, mas não detalhou como pretende utilizar a verba no ano da efeméride. (Folha de S. Paulo - Política - 29/03/24)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)  
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)  
Marina Gisela Vitelli (URFFJ)  
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli  
Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Ana Julia Ferreira dos Santos  
Felipe Bechara Medeiros Giesteira  
Isabelle Costa  
Letícia Pereira de Lima  
Marcela Furlan de Cena  
Maria Luiza de Barros Costacurta  
Mariana Terezinha Passos  
Yasmin Duarte Resende

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos  
Geremias Dias dos Santos de Carvalho  
Letícia Ramos da Rocha  
Maria Luiza Garcia Rabelo  
Mariana Amaro Gonçalves Silva  
Vinícius de Albuquerque Damasceno